

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

THE EXPANSION OF PHYSICAL EDUCATION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Caroline Broch¹, Fabiane Castilho Teixeira², Juliano de Souza³ e Ieda Parra Barbosa Rinaldi³

¹Centro Universitário de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

²Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil.

³Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil.

RESUMO

Esta pesquisa documental objetivou apresentar considerações do cenário da expansão da Educação Física no contexto do ensino superior brasileiro, com foco em seus principais desdobramentos para a área. Para tanto, utilizamos dados das Sinopses Estatísticas do Censo de Ensino Superior, que foram interpretados à luz dos conceitos de Pierre Bourdieu e Ulrich Beck. Os resultados indicaram que, no lastro da expansão, ocorreu a criação e abertura de novos cursos de Educação Física, apresentando um incremento bastante considerável (874%), entre 1991-2015. A expansão se deu, especialmente, pelo setor privado, responsável pelo maior crescimento (1.381%). Isso traz à tona efeitos colaterais que têm implicado em um conjunto de desafios para a Educação Física no país.

Palavras-chave: Educação Física. Ensino superior. Trabalho.

ABSTRACT

This documentary research aimed to present considerations on the scenario of the expansion of Physical Education in the context of Brazilian higher education, focusing, on its main developments for the area. For this, we used data from the Statistical Synopses of the Higher Education Census, which were interpreted in light of the concepts of Pierre Bourdieu and Ulrich Beck. The results indicated that, on the basis of the expansion, there was the creation and opening of new Physical Education courses, presenting a considerable increase (874%), between 1991-2015. The expansion was mainly due to the private sector, which accounted for the highest growth (1,381%). This brings up side effects that have implied a set of challenges for Physical Education in the country.

Keywords: Physical Education. Higher education. Work.

Introdução

O diagnóstico da configuração atual do ensino superior brasileiro passa, necessariamente, pelo entendimento das transformações políticas, econômicas e culturais engendradas em âmbito internacional e que incidem em mudanças no plano nacional. Sob a interferência da globalização, do neoliberalismo e dos órgãos definidores das políticas educacionais no mundo, o ensino superior tem-se tornado, cada vez mais, um produto comercializado, visando à formação de um sujeito que atenda as exigências atuais do mercado¹.

Isso se evidencia quando analisamos os dados referentes à expansão do ensino superior no Brasil, a qual apresentou um crescimento expressivo, principalmente, pela participação do setor privado². T tamanha expansão foi possível em decorrência da autonomia outorgada às Instituições de Ensino Superior (IES) pela Constituição Federal de 1988, e depois pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN)³. Essas conquistas permitiram às instituições do setor privado abrir e fechar cursos conforme a demanda do mercado⁴.

De igual modo, os cursos superiores em Educação Física (EF) acompanharam as transformações no ensino brasileiro e se integraram a este contexto, sobretudo ao apresentarem um crescimento de aproximadamente 300% de 1991 a 2004, trazendo para a área o desafio de ajustar a oferta à sustentação da qualidade⁵.

Nesse cenário, modificações aconteceram no interior da EF, tendo em vista que a trajetória rumo à sua legitimação no universo acadêmico e a conquista da relevância social não foi livre de tensões, conflitos, expectativas e preocupações. Nesse percurso, diferentes papéis foram assumidos pela área e muitas vezes falaram a seu respeito (discurso higienista, militarista, do rendimento esportivo, entre outros)⁶. Além disso, outros fatores influenciaram este processo, tais como: a expansão do campo de atuação profissional, o crescimento do ensino superior e a instituição de importantes leis educacionais, a exemplo da LDBEN, da Lei n.9.696 de 1998, que apresenta o reconhecimento da profissão, e da aprovação das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/2002 e CNE/CES n. 7/2004 que separam os cursos de licenciatura e bacharelado.

Esses e outros fatores precisam ser considerados e discutidos para se pensar nas características da formação, em sua qualidade e nos desafios que a EF precisaria assumir neste contexto. Para tanto, ao abordar a EF frente à conjuntura mais ampla do ensino superior, apresentamo-lá como um subcampo concorrente no interior do campo acadêmico-científico, por entender justamente que o tipo de tratamento teórico demandado no estudo privilegiou uma análise comparativa entre um microcosmo relativamente autônomo e um macrocosmo que lhe abrange, fazendo valer, portanto, os preceitos que integram o modelo sociológico de Bourdieu e o pensar relacional em termos de campos⁷.

Ademais, partimos do entendimento que a presente temática é um importante *locus* de investigação, sendo que em se tratando da expansão do ensino superior no Brasil, estudos já foram realizados^{8,9}. Todavia, no que se refere à EF, investigações sistemáticas sobre a expansão dos cursos superiores e das matrículas ainda são recentes e incipientes^{5,10}. Por isso, consideramos que um tratamento mais acurado necessita ser dado ao assunto.

Assim sendo, o artigo objetivou apresentar considerações sobre o cenário da expansão da EF no contexto do ensino superior brasileiro, com foco em seus principais desdobramentos para a área. Para dar conta do objetivo proposto, o texto foi organizado em duas seções: I) a expansão da EF no contexto do ensino superior brasileiro; II) efeitos colaterais da expansão dos cursos de EF no Brasil.

Métodos

Para o desenvolvimento desse estudo recorreremos aos recursos da pesquisa documental¹¹, tendo como fonte empírica os sítios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC). Consultamos os dados das Sinopses Estatísticas do Censo de Ensino Superior publicados no período de 1995 a 2015. Estes documentos encontram-se disponíveis para *download* e correspondem a um conjunto de planilhas organizadas por tema. As buscas foram realizadas no mês de agosto de 2017 e revisitadas em julho de 2018.

É válido mencionar que nas Sinopses Estatísticas estão detalhados dados referentes ao número de IES, de cursos e de matrículas de acordo com a divisão Licenciatura e Bacharelado em EF, assim como apresentam planilhas separadas por modalidades de ensino (presencial e EaD). Portanto, para essa pesquisa, analisamos a EF em sua totalidade (Licenciatura e Bacharelado) e optamos por um refinamento dos dados na modalidade presencial.

Além dos dados quantitativos compilados a partir das Sinopses Estatísticas, também consultamos o documento “A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004 - Educação Física”, produzido pelo INEP em 2006.

Para tratamento do material empírico, os dados foram organizados em gráficos e quadros e analisados com base na estatística descritiva simples, representados em percentual. Os marcos teóricos que embasam essa argumentação advém do esforço de pensar a EF e a

Educação como espaços estruturados de relações^{12,13} e que, ao serem perspectivadas sob o cenário de ambiguidades da sociedade de risco¹⁴, revelam efeitos colaterais indesejados.

A expansão da EF no contexto do ensino superior brasileiro

Para iniciarmos essa discussão, em 2006, o INEP lançou a coletânea “A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004” que compilou dados específicos da EF nesse período, com destaque para o quantitativo de cursos e de matrículas em IES públicas e privadas, conforme demonstrado no Gráfico 1.

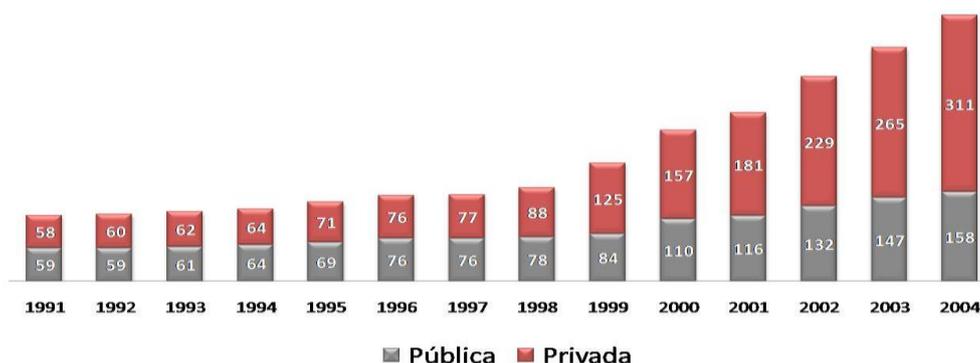


Gráfico 1. Número de cursos de graduação presenciais de Educação Física (licenciatura e bacharelado) entre os anos de 1991-2004

Fonte: Adaptado de Inep (2006)

Em termos de crescimento do número de cursos de EF a partir da década de 1990, podemos perceber que, entre 1991 a 1997, tanto as instituições do setor público como as instituições do setor privado apresentaram crescimento proporcional. Após 1998 (depois da promulgação da nova LDBEN), o ensino privado iniciou um processo de expansão sem precedentes. Enquanto o ensino público manteve um ritmo equilibrado de crescimento, o privado cresceu exponencialmente, sobretudo entre 2002-2004.

Se o ano de 1991 representou um total de 117 cursos existentes, sendo 50% em privadas e 50% em públicas, no ano de 2004, esse número saltou para 496 cursos, sendo 66% em privadas e 34% em públicas. Constatamos então, 300% de crescimento do número de cursos de EF entre 1991-2004¹⁵. O Gráfico 2 representa esse diagnóstico.

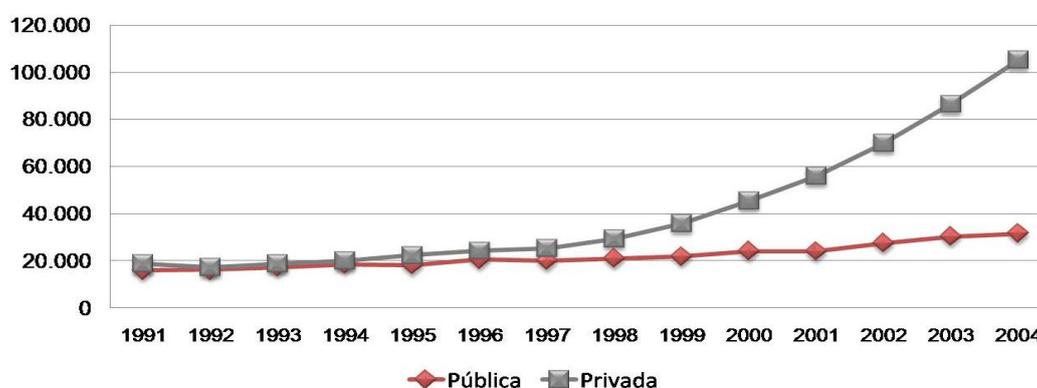


Gráfico 2. Número de matrículas nos cursos de graduação presenciais de Educação Física (licenciatura e bacharelado) entre os anos de 1991-2004

Fonte: Adaptado de Inep(2006)

Inferimos a partir dos dados fornecidos pelo Inep¹⁵ que, entre os anos de 1991 e 1996, o número de alunos matriculados nos cursos superiores de EF cresceu em 29%. A partir de

1997, as matrículas sofreram um potencial incremento, correspondente a 202%. É oportuno observar que até o ano de 1996, a disparidade entre o número de matrículas em IES públicas e privadas não era significativa. Mas, a partir dessa data, o setor privado cresceu em um ritmo bastante acelerado, sendo responsável por 460% das matrículas efetivadas entre 1991-2004. Em contrapartida, o setor público cresceu 98%.

Em síntese, o curso de EF compreendia 34.703 matrículas no ano de 1991, correspondendo a 46% nas IES públicas e 54% em privadas. Assim, amplas modificações em relação ao quantitativo total foram percebidas em 2004, em que o número de matrículas foi de 136.605, representados por 23% do setor público em detrimento de 77% do setor privado. Observa-se então, a ampliação de 294% do número de matrículas em EF entre 1991-2004.

A expansão das relações de oferta e demanda por vagas para cursar EF nas IES, continuaram a crescer após 2004, conforme é possível observar no Quadro 1.

Ano	Cursos			Matrículas		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
1991	59	58	117	15.945	18.758	34.703
1997	76	77	153	19.997	25.247	45.244
2001	116	181	297	23.997	55.952	79.949
2005	159	372	531	32.632	126.852	159.484
2009	220	605	825	38.380	125.148	163.528
2015	281	859	1.140	48.758	180.054	228.812

Quadro 1. Oferta de cursos de graduação e de matrículas em Educação Física (licenciatura e bacharelado) entre os anos de 1991-2015

Fonte: Adaptado do MEC/INEP/DEED. Sinopse Estatística da Educação Superior

Podemos notar expressivo desenvolvimento da EF a partir da década de 1990. Nestes 25 anos, novos cursos de formação superior foram abertos, com acréscimo de 874% e de 559% no número de matrículas. Numa análise mais detalhada dos indicadores referentes à oferta de cursos de EF por instituições superiores brasileiras, verificamos que o setor privado deteve mais de 1.381% da expansão verificada entre o período de 1991 a 2015.

Embora no início da década de 1990 houvesse equilíbrio na oferta dos cursos em IES públicas e privadas, ao final dela, diferenças marcantes foram observadas. Ao longo desse período, o setor público também ofertou mais cursos, sendo responsável por, aproximadamente, 376%, participação significativamente menor que o setor privado.

No ano de 2009 observamos a abertura de um número considerável de cursos na área da EF. Tamaña expansão se deu após a aprovação da Resolução CNE/CES n.07 de 2004, quando passaram a ser requeridas distinções entre o curso de formação de professores da educação básica (Licenciatura) e o curso de Bacharelado em EF. O processo de ruptura do curso nas referidas habilitações, além de definir os espaços de intervenção em campo escolar e não-escolar, também abriu caminhos para que um maior quantitativo de instituições pleiteassem a criação de cursos, justificando a acelerada expansão verificada após 2004.

A distribuição das matrículas entre IES públicas e privadas é outro aspecto que chama atenção. Em 1991, o setor público detinha 46% das matrículas e o setor privado 54%. Acompanhando o aumento do número de cursos de EF, em 2005 o setor público representava 20% das matrículas, enquanto o setor privado era responsável por 80%. Em 2015, manteve-se a disparidade neste quesito, em que o setor público deteve 21% e o setor privado possuía 79% da totalidade de matrículas.

Dados mostraram que, em 2009, o curso de EF destacou-se entre os dez cursos de graduação presencial com maior quantitativo de matrículas, ocupando o 8º lugar no ranking¹⁶.

No ano de 2013, o curso de Licenciatura em EF apresentou-se como um dos mais procurados por universitários nas instituições de ensino privado do Brasil¹⁷. Nos anos de 2014 e 2015, o curso de EF ocupou o 2º lugar no ranking dos cursos de graduação em Licenciatura mais matrículas efetivadas^{2,18}, ficando atrás, apenas, do curso de Pedagogia.

Tal diagnóstico elucida a acelerada e significativa ampliação dos cursos superiores de EF no Brasil. A gama diversificada de espaços de atuação e intervenção profissional parece se caracterizar como um chamariz para os universitários ingressantes, sugerindo ser este um fator que impacta nessa nova configuração da formação superior na área.

Evidentemente que a dinâmica de expansão dos cursos superiores em EF no período investigado não pode ser perspectivada de forma estanque, sendo importante considerar as profícuas relações estabelecidas com a expansão do número total de matrículas obtido entre o período de 1995 a 2015 no ensino superior brasileiro. Os gráficos apresentados na sequência demonstram estas relações.

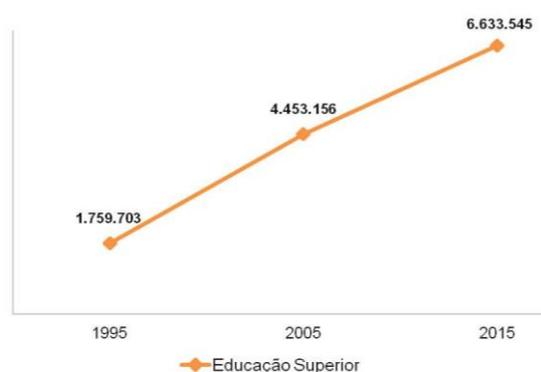


Gráfico 3. Crescimento de matrículas no ensino superior (1995-2015)

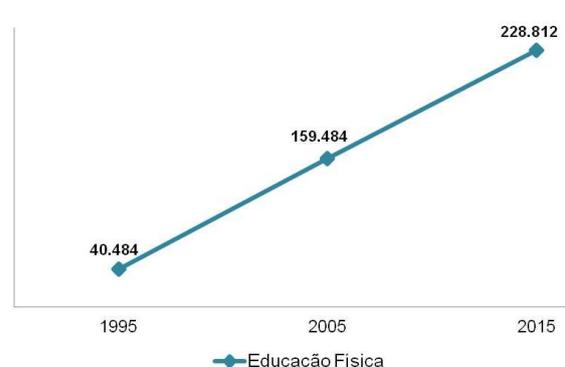


Gráfico 4. Crescimento de matrículas nos cursos de Educação Física (1995-2015)

Fonte: Os autores

A análise dos dados obtidos nas Sinopses Estatísticas revelou que o número de matrículas no ensino superior cresceu 277% entre 1995-2015. Nesse mesmo período, o incremento das matrículas em cursos de EF foi de 559%, sugerindo um descompasso entre a realidade micro e a realidade macro quanto à dinâmica configurada.

Efeitos colaterais da expansão dos cursos de Educação Física no Brasil

Compreender o processo de expansão da EF no contexto do ensino superior é um exercício bastante desafiador. Portanto, apontaremos considerações internas e externas a esse subcampo, buscando compreender seus desdobramentos e efeitos colaterais¹⁴, que parecem ter incidido no movimento de expansão.

Primeiramente, mencionamos as modificações nos processos laborais, já que, com o advento das novas formas de organização do trabalho, a flexibilização dos contratos, e as alterações legislativas, um novo cenário educacional se configurou no país. Na década de 1990, o governo brasileiro promoveu reformas educacionais em todos os níveis de ensino da educação, a fim de potencializar sua eficiência e capacidade de regulação. O Estado brasileiro recorreu ao modelo de privatização das empresas estatais, na tentativa de resolver a situação com um projeto mais amplo de país¹⁹.

A partir do Decreto nº 2.306/97 ampliou-se de forma significativa o número de instituições que ofertavam cursos superiores, dando passos em direção à democratização do ensino superior. Imbricados nesse movimento de democratização, que estendeu as

oportunidades de acesso às diferentes camadas sociais, Bourdieu e Passeron²⁰ convidam para a reflexão de que a expansão não deve ser confundida com igualdade formal de oportunidades. Ampliou-se o acesso, mas, as escolhas dos cursos parecem decorrer de uma ampla influência da origem social dos estudantes desse nível de ensino.

Sob a perspectiva desses autores²⁰, a escolha por cursos superiores não são produtos da livre manifestação de dons e talentos individuais, mas estão associados ao pertencimento social dos indivíduos. Portanto, a medida que o acesso ao ensino superior avançou no país e estendeu-se às diferentes camadas sociais, determinados cursos se tornaram mais requeridos pelos estudantes, a exemplo da EF, que apresentou-se como um dos cursos mais procurados nos anos de 2009, 2013, 2014 e 2015.

Consoante ao processo de expansão do ensino superior, a busca por um diploma passou a ser requerida na promessa de melhores condições de trabalho, conduzindo àquilo que Beck chamou de “consumo em massa do ensino superior”¹⁴ e ofertado, especialmente, pelo setor privado. Diante disso, o que se vê é uma massiva transferência de responsabilidades para o mercado privado como forma de atender de maneira imediata as demandas da sociedade pela qualificação no ensino superior⁵.

Com isso, o ensino superior amoldou-se à lógica do mercado¹⁴, sendo transformado em prestador de serviços e adotando características de uma organização empresarial, em detrimento de sua constituição precípua como instituição social²².

Essa luta no interior do campo acadêmico é definida por Bourdieu²¹ como uma espécie de contradição estrutural. Por um lado, o ensino superior tem por encargo a tarefa de distribuir conhecimento, por outro lado, está aprisionado na busca por maximizar sua produção. Ademais, elevado número de profissionais foi inserido no mercado de trabalho, inclusive no campo da EF, fazendo crescer a competitividade e o deterioramento das condições de trabalho, provocando mudanças em sua atuação e função social²³.

Especificamente no contexto da EF, um fato que parece ter contribuído para a ampliação da oferta de cursos diz respeito ao mercado profissional que sofreu inúmeras modificações nas últimas décadas, ampliando-se e diversificando-se de forma muito acentuada. A partir do reconhecimento da profissão (Lei n. 9.696 de 1998), houve o entendimento social da profissão para além do esporte, que solicitou alterações nos currículos de formação de professores, atraindo novos perfis de estudantes para o curso, que apresentam cada vez mais o desejo de atender as expectativas do mercado de trabalho.

Nessa direção, Nunes⁴ explicita que, se em outros tempos o estudante de EF era majoritariamente oriundo do campo esportivo, atualmente, a formação profissional passou a ser buscada por indivíduos com interesses diversos, construindo outros significados para a formação profissional. Portanto, no quadro de expansão da EF, é possível conjecturar que este fenômeno foi concomitante ao aumento da espetacularização do esporte e da mercantilização das práticas corporais, além da intensa presença e espaço que ganha o discurso da saúde no país.

Em contrapartida, isso remete à necessidade de cursos de preparação profissional que atendam a essa demanda alargada, preparando o profissional com uma sólida formação básica, mas também específica, para dar conta das especificidades dos campos de intervenção que o mercado oferece²⁴.

Esse fato nos remete a outro ponto importante – os impactos da separação do curso de EF em Licenciatura e Bacharelado. Após a aprovação das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/2002 e CNE/CES n. 07/2004, a maioria das IES que ofertavam cursos de EF procurou abarcar as duas formações, o que nos ajuda a entender, o maior crescimento do curso entre os anos de 1995 a 2015 e, conseqüentemente, de matrículas, representado por 559%, enquanto que o crescimento total do ensino superior nesse mesmo período apresentou 277% (Gráficos 3 e 4).

Tamanho expansão da EF refletiu no quantitativo de cursos de graduação ofertados, inclusive na modalidade de Ensino à Distância (EaD). Podemos mencionar também, o desenvolvimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, do número de editais de fomento à pesquisa, bem como de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Tem-se, além disso, a ampliação das revistas científicas e de grupos de pesquisa em todo o Brasil^{25,26}.

Para Morosini²⁷, dentre outras repercussões, a expansão do ensino superior e, consecutivamente, da EF, revelou características de deteriorização na categoria do professor. As principais causas remetem à massificação do ensino superior, e à diminuição do suporte financeiro público e de fundos de pesquisa, que cada vez mais se direcionam a fins específicos e crescentemente ligados a interesses privados. Embora a profissão de professor se mantenha comprometida com a universidade e ligada às funções de ensino, pesquisa e administração universitária, pelas rápidas transformações no mercado acadêmico, essa profissão tem variado consideravelmente quanto a emprego e condições de trabalho.

Diante desses efeitos colaterais, constata-se que tal movimento não pode ser pensado isoladamente, aquém das transformações que ocorrem também em outros setores da sociedade. De acordo com o quadro analítico de Bourdieu, a sociedade está em constante movimentação, se deslocando não apenas por interesses econômicos, mas por todas as estruturas que a compõem. Assim, a cada movimento de qualquer uma das estruturas, todas são movimentadas, haja vista que existe uma interrelação e também uma intrarelacão entre elas.

Certamente, a posição da EF dentro do campo acadêmico depende do seu grau de autonomia, que alcança maiores níveis de reconhecimento à medida que contribui para o progresso do próprio campo. Bourdieu¹³ analisa que, um campo apresenta autonomia quando a concorrência em seu interior é pura ou quando os agentes têm por clientes os seus próprios concorrentes. Mas, um campo heterônimo se caracteriza por não apresentar condições suficientemente desenvolvidas para refratar as forças externas, sucumbindo sem resistências às demandas políticas e/ou econômicas, como temos visto no ensino superior hoje.

Diante disso, tanto as IES como os docentes universitários enfrentam inúmeros obstáculos nessa disputa de forças¹², tendo em vista que esse campo se caracteriza como uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos tanto quanto um campo de lutas, em que os agentes atuam conforme suas posições, de modo a conservar ou transformar a sua estrutura. Portanto, é preciso questionar o grau de autonomia ou heteronomia do campo acadêmico brasileiro.

Se, por um lado, a expansão foi importante, pois permitiu o acesso da população ao ensino superior, por outro, as mudanças quantitativas parecem não refletir em mudanças qualitativas do processo formativo. Sguissardi¹ aponta que apesar do avanço com o maior número de vagas nas instituições públicas e privadas nos últimos anos, a “democratização” deste segmento educacional se deu, predominantemente, pelo setor privado, que recebeu a maior parte dos estudantes das classes baixas, por meio de políticas como “Universidade Para Todos” (PROUNI) e o “Fundo de Financiamento Estudantil” (FIES). Com a entrada desses segmentos, novos desafios tendem a ser colocados para a formação profissional em EF, a fim de não abdicar da qualidade dessa formação.

Nessa esteira, a competência do corpo docente é fator imprescindível à oferta de um ensino de qualidade, o que pode se tornar um desafio, já que os professores que atuam nos cursos de EF tiveram sua formação acadêmica em um currículo que abarcava as diferentes frentes de atuação profissional, o que dificulta, em alguns casos, a distinção dos conteúdos próprios e específicos da Licenciatura e dos conteúdos próprios e específicos do Bacharelado⁵. Tem-se, também, em muitas IES, a restrição ao mínimo do número de docentes com titulação por questões econômicas que envolvem remuneração e plano de carreira. Isto causa um impacto direto na formação profissional dos alunos.

Implicado nesse processo, pode-se considerar a noção do *habitus* a ser desenvolvido na prática pedagógica dos professores universitários e que, na ação pedagógica é moldado pela interiorização de um aprendizado com base em tentativas e erros e, também, pela seleção das respostas adequadas ao meio físico e social. Em outros termos, as experiências vividas pelos docentes são incorporadas e constituem suas disposições para a ação, seus esquemas de julgamento e de avaliação, e tendem a influenciar nas disposições que constituem e configuram a prática pedagógica e o processo de aprendizado do aluno¹³.

Diante desse cenário, buscar um equilíbrio na expansão do ensino superior como um todo e, da EF em particular, é uma necessidade primordial. Tanto no que diz respeito à equiparação da oferta entre instituições públicas e privadas, como também à conciliação de aspectos quantitativos e qualitativos, incentivando melhores condições de trabalho e de salário para o docente universitário, assim como incentivo à formação continuada^{5,10,28}.

Mediante o exposto, há indicativos de que os cursos superiores em EF acompanharam as demandas sociais, sendo imprescindível uma revisão e uma discussão profícua da presença da EF nesse cenário de expansão nacional, considerando sua repercussão tanto no setor público quanto no setor privado, a fim de que continue se consolidando como um subcampo acadêmico na busca por maior autonomia e, assim, alcance maiores níveis de reconhecimento.

De igual modo, importa também o reconhecimento do papel e da capacidade das IES repensarem as condições de trabalho docente nesse âmbito. Partindo dos próprios aspectos limitantes de uma pesquisa documental, destacamos a importância da ampliação do debate a respeito da temática em análise, bem como que outras fontes empíricas sejam consideradas no diagnóstico da expansão da EF no contexto do ensino superior brasileiro. Na ausência desse debate, corre-se o risco de que estratégias ocultas de dominação se perpetuem nesse campo, impactando na conservação e na reprodução das estruturas de desigualdade social.

Conclusões

A expansão do ensino superior e, no lastro desta, a criação e abertura de novos cursos de EF no Brasil, pelo menos das últimas décadas, são sugestivas de um cenário no mínimo ambíguo. Que se pesem os percentuais numéricos apresentados sobre a expansão da EF como um subcampo do campo acadêmico, pode-se perceber que ela se expandiu juntamente ao modelo de massificação de um ensino superior brasileiro, predominantemente privado.

As modificações no setor educacional culminaram na respectiva expansão da oferta de cursos e na ampliação do número de matrículas, contando com significativa participação da iniciativa privada nesse cenário. Além da expansão de cursos e matrículas, os cursos de formação profissional em EF aparecem como um dos mais procurados pelos estudantes.

A análise realizada nos permitiu compilar alguns elementos que perpassaram e, ao que parece, corroboraram para a expansão da EF no ensino superior, tais como a) a consolidação da área como campo de conhecimento; b) a oferta de duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado) nos cursos de formação inicial e as novas demandas geradas no mercado de trabalho da área; e c) as modificações no sistema educacional que possibilitou a criação de novas IES, flexibilizando as exigências para oferta de cursos superiores, entre eles, a EF.

Se por um lado, a expansão da oferta de cursos em nível superior foi importante por possibilitar maior acesso da população, por outro, pode trazer alguns prejuízos para a formação profissional, para o trabalho docente e para aqueles que se beneficiam com os serviços prestados pelos profissionais das diferentes áreas do conhecimento. No caso específico da EF, o diagnóstico apresentado neste estudo revela que as mudanças e os impactos das transformações ocorridas nas últimas décadas no contexto do ensino superior não podem passar despercebidas por aqueles que estão envolvidos com esta área de formação e atuação profissional.

Referências

1. Sguissardi V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educ Soc*2015;36(133):867-889. DOI: 10.1590/ES0101-73302015155688
2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Brasília:Sinopse Estatística; 2016.
3. Brasil [Internet]. Lei nº. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 23 Dezembro 1996. [acesso em 02 jul2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9394_96.pdf
4. Nunes MLF. O mapa do território do Ensino Superior e da formação em Educação Física: emerge o criador. In Neira MG, Nunes MLF, editores. *Monstros ou Heróis? Os currículos que formam professores de Educação Física*. São Paulo: Phorte; 2016.
5. Santos ALP, Simões AC. Desafios do ensino superior em educação física: Considerações sobre a política de avaliação dos cursos. *Aval Pol Púb Educ*2008;16(59):259-274. DOI: 10.1590/S0104-40362008000200006.
6. Neto ARM, Ferreira AC, Soares AJG. Políticas de esporte escolar e a construção social do currículo de Educação Física. *Motriz* 2011;17(3):416-423.
7. Souza J, Marchi Júnior, W. Bourdieu e a sociologia do esporte: Contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos. *Tempo Social*2017;29(2):243-286. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.106962>.
8. Sguissardi V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ Soc*2008;29(105):991-1022. DOI: 10.1590/S0101-73302008000400004.
9. Pinto JMR. O acesso à educação superior no Brasil. *Educ Soc*2004;25(88):727-756. DOI: 10.1590/S0101-73302004000300005.
10. Antunes NS. Expansão da educação superior: O contexto dos cursos de educação física no Brasil. [Dissertação de Mestrado em Educação Física]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; 2012.
11. Santos AR. Metodologia científica: A construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A; 2004.
12. Bourdieu P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.
13. Bourdieu P. Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: NESP; 2003.
14. Beck U. Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34; 2011.
15. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004 - Educação Física. Brasília: INEP; 2006.
16. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Resumo técnico: Censo da educação superior 2009. Brasília: INEP; 2010.
17. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP) [Internet]. Mapa do ensino superior no Brasil [acesso em 10 maio 2019]. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/>>.
18. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Resumo técnico: Censo da educação superior 2015. Brasília:INEP; 2018.
19. Coutinho MC, Dal Magro MLP, Budde C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. *Psicol teor prat*2011;13(2):154-167.
20. Bourdieu P, Passeron JC. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes; 2009.
21. Bourdieu P. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC; 2013.
22. Brandão AC, Ferenc AVF, Braúna RCA. Condições de trabalho docente na universidade pública brasileira: Um mapeamento de estudos. *Rev Esp Ped*2015;22(2):343-355.
23. Filho JCMG, Moura DL, Antunes MM. Quando a beleza põe mesa: Uma análise das condições de trabalho do profissional de Educação Física em Mega-Academias. *Motri*2011;36:197-213. DOI: 10.5007/2175-8042.2011v23n3p197
24. Tani G. Preparação profissional em Educação Física: Reflexões sobre a "festa" no convés do Titanic. In: Correia WR, editor. *Formação profissional em Educação Física: Ensaio e proposições*. São Paulo: Editora Fontoura; 2017, p. 17-35.
25. Silva AM, Nicolino AS, Inácio HLD, Figueiredo VMC. A formação profissional em educação física e o processo político social. *Pens Prát*2009;12(2):1-16. DOI: 10.5216/rpp.v12i2.6588
26. Lazzarotti Filho A, Silva AM, Mascarenhas F. Transformações contemporâneas do campo acadêmico-científico da Educação Física no Brasil: Novos habitus, modus operandi e objetos de disputa. *Movimento*2014;20(n. especial):67-80. DOI: 10.22456/1982-8918.48280
27. Morosini MC. O professor do ensino superior na sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2008.
28. Garcia RP. Para um ensino superior com qualidade. *Rev Port Ciê Desp*2001;1(1):33-43.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por conceder apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa em nível de doutorado

ORCID dos autores:

Caroline Broch: <https://orcid.org/0000-0002-6140-6798>

Fabiane Castilho Teixeira: <https://orcid.org/0000-0002-0822-2340>

Juliano de Souza: <https://orcid.org/0000-0003-3491-9536>

Ieda Parra Barbosa Rinaldi: <https://orcid.org/0000-0003-1258-7155>

Recebido em 13/11/18.

Revisado em 19/11/19.

Aceito em 20/02/20.

Endereço para correspondência: Caroline Broch. Rua Octavio Periotto, 234, Centro, Maringá, PR, CEP 87013-020. E-mail: carolinebroch@yahoo.com.br